



Of. Adusp 045/13

São Paulo, 24 de outubro de 2013

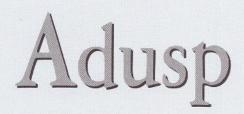
Ilmo. Sr.
Prof. Dr. João Grandino Rodas
Reitor da Universidade de São Paulo

Senhor Reitor,

A ADUSP-S. Sind. - Associação dos Docentes da

Universidade de São Paulo, na pessoa de seu representante legal, Sr. Presidente Ciro Teixeira Correia, em cumprimento à decisão assemblear da categoria de 15.10.2013, vem respeitosamente, em função do Reitor ser o agente executivo da Universidade de São Paulo e em razão da competência normativa estatuída ao Reitor de cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Universitário, requerer a RECONSIDERAÇÃO DO CALENDÁRIO ELEITORAL estabelecido para o processo de escolha de Reitor(a) e Vice-reitor(a).

Não nos compete aqui, nesta oportunidade, argumentar sobre a autonomia universitária e seu poder de autorregulamentação. Não nos cabe pretender apontar os malferidos dispositivos legais e constitucionais pelos quais entendemos que a Universidade de São Paulo descumpre os ideais republicanos e do Estado Democrático de Direito no tocante ao processo de escolha de seus dirigentes, a despeito de sua vocação.



Contudo, nos recorda o ensinamento de José Afonso da Silva: "Os regimes ditatoriais também atuam mediante leis" (Curso de Direito Constitucional Positivo, 24ª Ed., Ed. Malheiros, p. 424). Neste sentido, queremos atentar, sobretudo, que, ainda que o processo de escolha para Reitor na Universidade de São Paulo até então estivesse em consonância com as normas legais vigentes, sem dúvida alguma padecia de **legitimidade**.

O princípio da legalidade não pode ser definido com base no estrito cumprimento da lei formal, de que as regras e as decisões que compõem o sistema estejam formalmente corretas, mas deve se realizar na conformação de valores aptos à existência de uma sociedade livre, justa e solidária, objetivos estes contemplados no artigo 3º, inciso I, da Constituição Federal do Brasil.

Neste contexto, o prof. José Afonso da Silva relembra as observações de Norberto Bobbio, "segundo o qual legalidade e legitimidade são atributos do poder, mas são duas qualidades diferentes deste: a legitimidade é a qualidade do título do poder e a legalidade a qualidade do seu exercício. "Quando se exige que um poder seja legítimo, pergunta-se se aquele que o detém possui um justo título para detê-lo; quando se invoca a legalidade de um poder, indaga-se se ele é justamente exercido, isto é, segundo as leis estabelecidas. O poder legítimo é um poder, cujo título é justo; um poder legal é um poder, cujo exercício é justo, se legítimo".

E conclui: "O princípio da legalidade de um Estado Democrático de Direito assenta numa ordem jurídica emanada de um poder legítimo, até porque, se o poder não for legítimo, o Estado não será Democrático de Direito, como proclama a Constituição (art. 1º). Fora disso, teremos possivelmente uma legalidade formal, mas não a realização do princípio da legalidade". (p. 425)



Assim, para dar azo ao processo de escolha do dirigente máximo desta Universidade, no limite do que foi votado pelo Conselho Universitário de 01.10.2013, a fim de que mais se aproxime de um processo legítimo, requer-se:

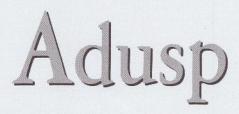
1) A revogação do artigo 2° da Resolução USP 6.640, de 2-10-2013 (DOE 3.10.2013), que dispõe:

Artigo 2º - Nos termos do artigo 36 do Estatuto, os(as) candidatos(as) a Reitor(a) e Vice-Reitor(a) deverão protocolar na Secretaria Geral da Universidade, pedido de inscrição de suas chapas, mediante requerimento assinado por ambos e dirigido à Comissão Eleitoral, no prazo de 07 a 14 de outubro de 2013.

Considerando que a reunião do Conselho Universitário que oportunizou mudanças no processo de escolha dos detentores de mandato a Reitor e Vice Reitor na USP ocorreu na data de 01.10.2013, oportunidade inclusive que alterou e revogou dispositivos do Estatuto da Universidade de São Paulo sobre o aludido processo eleitoral (Resolução USP 6.637, de 02.10.2013), tem-se que o prazo e o período marcado para apresentação das inscrições das candidaturas a Reitor e Vice Reitor é profundamente exíguo para adequação de eventuais interessados no novo modelo que exige, entre outras coisas, a composição de chapa e apresentação do programa de gestão.

2) A revogação do artigo 6º, caput, da Resolução USP 6.640/13, que dispõe:

Artigo 6º - A consulta à comunidade que trata a Resolução 6.638, de 02 de outubro de 2013, será realizada no dia 10 de dezembro de 2013, em cada Unidade, Museu, Instituto especializado ou órgão da Administração Central.



Entende-se, na verdade, que a data estabelecida para a realização da consulta à comunidade, 10.12.2013, não observou o panorama das atividades da Universidade de São Paulo, tendo em vista que naquela data a ampla maioria dos cursos já estará encerrada, uma vez que no dia 10.12.2013 há o encerramento oficial do calendário de aulas da USP.

Ocorre que, para que a consulta reflita verdadeiramente a vontade dos diversos segmentos da comunidade acadêmica, objetivo real da conquista da realização da consulta, ela não pode ser realizada em data que não envolva totalmente a Universidade, de forma que seu resultado não seja falseado por um aparente respeito à comunidade.

3) A revogação do artigo 1º da Resolução 6.640/13, que dispõe:

Art. 1º - A eleição para composição da lista tríplice de chapas para a escolha do(a) Reitor(a) e do(a) Vice-Reitor(a) será realizado no dia 19 de dezembro de 2013, conforme as disposições estatutárias e regimentais aplicáveis e as disposições desta resolução.

Conforme se depreende do calendário oficial da USP em 2013, na data de 19 de dezembro de 2013, com as aulas já encerradas e com muitas das atividades acadêmicas voltadas para fora dos muros da Universidade, é inegável de que parte significativa dos membros do colégio eleitoral pode estar impossibilitada do comparecimento à votação, mais uma vez prejudicando a legitimidade do processo eleitoral.

Por fim, considerando que a anterior mandatária do cargo de Reitora foi nomeada para um mandato de 4 (quatro) anos em 24.11.2005 (DOE) e cessado seu mandato a partir de 25.11.2009 (DOE), e que o ato de nomeação da atual gestão foi publicado no DOE de 13.11.2009 e



revalidado em 12.12.2009 (DOE), para também um mandato de 4 (quatro) anos, o término do atual mandato ocorrerá impreterivelmente em 12.12.2013.

O fato da data da posse do atual mandatário ter ocorrido apenas em 25.01.2010, momento em que o atual Reitor se desincompatibilizou do cargo de Diretor da Faculdade de Direito da USP, não estende o respectivo mandato de Reitor para a data de 25.01.2014, cujo cargo, em tese, já estava vago desde 25.11.2009 para o exercício do novo Reitor já nomeado. Ao invés de entrar imediatamente em exercício, optou o novo Reitor por coordenar uma equipe de transição até a data de desincompatibilização do cargo anterior e posse no novo (25.01.2010).

Iniciar o prazo de contagem do mandato de 4 (quatro) anos na data da posse, em 25.01.2010, implicaria no reconhecimento de que entre 25.11.2009 e 25.01.2010 o cargo de Reitor estava vago, o que não corresponde a verdade jurídica, não sendo possível tal ocorrência.

À luz desse raciocínio, o calendário eleitoral não respeita a data de término da gestão do atual Reitor, estendendo-o indevidamente, de tal forma que o processo de indicação do novo reitor deve completar-se antes de 12.12.2013. Assim, seria mais apropriado que a consulta fosse realizada antes de 03.12.2013 e a reunião da Assembléia Universitária para indicação da lista tríplice seja marcada em 09.12.2013, respeitando-se o prazo de 5 (cinco) dias entre a data de realização da consulta e da sessão da Assembléia Universitária, impondo-se, por conseguinte, a revogação das disposições legais em contrário, em especial os já mencionados artigos 1º e 6º da Resolução 6.640/13.

Ciro Teixeira Correia Presidente da Adusp-S. Sind.